e Finanças, e a Caixa Geral de Depósitos, S. A., não deverão exceder relativamente a cada ano económico as seguintes importâncias:

2012 — € 83 719;
2013 — € 167 438;
2014 — € 167 438.

2.º Os encargos resultantes da presente portaria são suportados por verbas do Capítulo 60 do orçamento do Ministério das Finanças.

3.º A presente portaria produz efeitos à data da assinatura do Contrato.

20 de julho de 2012. — A Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

206374493

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 12241/2012

Por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 23.08.2012, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de chefe de finanças, Jorge Guerreiro Pereira, no S.F. de Portimão, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.08.2012 e Luís Gravito Soares, no S.F. Covilhã, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.02.2012.

5 de setembro de 2012. — A Diretora de Serviços, em substituição, *Ángela Santos*.

206374144

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 12112/2012

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 6 de agosto de 2012, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, foi a Senhora Reiko Miki nomeada para o cargo de Cônsul Honorária de Portugal em Tokushima, Japão, dependente da Embaixada de Portugal em Tóquio.

5 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206374582

Despacho (extrato) n.º 12113/2012

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 6 de agosto de 2012, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, foi o Senhor José Alberto de Oliveira Saldanha nomeado para o cargo de Cônsul Honorário de Portugal em Nairobi, Quênia.

5 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206374533

Despacho (extrato) n.º 12114/2012

1 — Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 21 de agosto de 2012, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º e no artigo 44.º ambos do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, no disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, foi determinado que o Conselheiro de Embaixada — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros — José Frederico Viola de Drummond Ludovice, que, por Aviso (extrato) n.º 14505/2009, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 123, de 29 de junho foi colocado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, seja transferido para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O referido despacho produz efeitos a 31 de agosto 2012.

5 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206375238

Despacho (extrato) n.º 12115/2012

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 6 de agosto de 2012, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento

Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, foi o Senhor Edgard Ferreira Barbosa Filho nomeado para o cargo de Cônsul Honorário de Portugal em Maceió, Brasil.

5 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206374841

Despacho (extrato) n.º 12116/2012

Por despacho do Secretário-Geral de 31 de agosto de 2012, nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro (ECD), ouvido o conselho diplomático e por conveniência de serviço, foi prorrogado até 30 de novembro de 2012 o prazo de transferência para os serviços internos do Conselheiro de Embaixada — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Bernardo Luís Fauvel Ribeiro da Cunha, colocado na Embaixada de Portugal em Washington.

6 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206374963

Despacho (extrato) n.º 12117/2012

1 — Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 3 de setembro de 2012, nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho, conjugado com o preceituado no Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, e no n.º 3 do artigo 4.º e nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho, foi nomeado, obtida a sua anuência, o licenciado Armando Manuel dos Reis Cruz para, em comissão de serviço, pelo período de três anos, desempenhar o cargo de Conselheiro Técnico Principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

2 — O referido despacho produz efeitos a 1 de agosto de 2012.

6 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206375173

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12118/2012

Considerando que a República Checa solicitou a adesão ao Memorandum of Understanding (MoU) Concerning the Establishment, Administration and Operation of the Counter Improvised Explosive Devices Centre of Excellence («MoU operacional C-IED COE») e ao MoU Concerning the Functional Relationship Regarding the Rounter Improvised Explosive Devices Centre of Excellence («MoU funcional C-IED COE»);

Considerando que estes MoU se destinam a estabelecer os princípios para a organização, administração, segurança, *manning*, financiamento e a partilha de custos entre os participantes (*cost share*);

Considerando que o C-IED COE tem como missão dotar a NATO, os seus aliados e a comunidade internacional com especialistas na luta contra objetos explosivos improvisados (*improvised explosive devices*) e cooperar no incremento da segurança das tropas das nações aliadas destacadas em teatros de operações, reduzindo ou eliminando as ameaças provenientes de engenhos explosivos usados por terroristas ou por insurgentes;

Considerando que a adesão da República Checa aos MoU operacional e funcional do C-IED COE se encontra contextualizada no princípio que consagra a possibilidade de participação de todos os países membros da NATO em órgãos de estrutura e se enquadra na cooperação multinacional preconizada pela Organização;

Considerando, ainda, que de acordo com os MoU, a adesão de futuros participantes deve ser formalizada através de documento escrito, as Note of Joining, assinados pelo futuro participante e por todas as nações que ratificaram os MoU;

Atento o anteriormente exposto, e verificando-se não existirem encargos financeiros inerentes à presente proposta de adesão, e aspetos normativos que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado:

1 — Aprovo, nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea f), da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, o texto das minutas das Note of